



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Requerimento de Audiência Pública

(Do Sr. Deputado Chico Alencar, Domingos Dutra e outros)

Requeremos a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a crescente violência contra artistas do funk e discutir o PL 4124/2008, que define o funk como forma de manifestação cultural, como uma das alternativas para o enfrentamento dessas perversas manifestações de preconceito e discriminação.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a crescente violência contra artistas do funk e discutir o PL 4124/2008, que define o *funk* como forma de manifestação cultural, como uma das alternativas para o enfrentamento dessas perversas manifestações de preconceito e discriminação.

Propomos a participação dos seguintes convidados: MC Leonardo (presidente da APAfunk), MC Jefinho BH (de Belo Horizonte), Adriana Facina (historiadora e professoras da UFF), Guilherme Pimentel (Comissão de Direitos Humanos da ALERJ), Dj Malboro e uma MC Jefinho BH (de Belo Horizonte).

JUSTIFICAÇÃO

“Venderam os meus pensamentos, mas não calaram a minha voz”, diz uma das letras de MC Primo, de 28 anos, um dos cantores de funk de maior sucesso, da Baixada Santista. MC Primo e outros 5 funkeiros tiveram suas vozes silenciadas - foram assassinados-, nos últimos 36 meses, naquela região. A perseguição aos “funkeiros” ocorre também em outros estados, como no Rio de Janeiro onde há proibição de bailes funk nas comunidades.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Danilo Cymrot, mestre e doutorando do Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia da Universidade de São Paulo, destaca:

As mortes desses ídolos do funk evidenciam o descaso ou até a cumplicidade do Estado. Permanecem invisíveis, em virtude da origem social dos MCs e do fato de o funk ser constantemente associado à criminalidade, apesar de mobilizar milhões de jovens, por todo o país, em busca de lazer. Responsabiliza-se a vítima por seu destino, sugerindo-se apressadamente que sua morte é resultado esperado (merecido?) de seu envolvimento com traficantes.

Está na hora do parlamento brasileiro enfrentar essa questão da crescente onda de violência contra adeptos do Funk e reconhecê-lo como uma forma de manifestação cultural, estabelecendo uma legislação que contribua para o rompimento dessa associação caluniosa e perversa do funk e funkeiros ao tráfico de drogas e ao crime, perpetrados por alguns governos, com a ajuda de setores da mídia, que influenciam a opinião pública e estimulam diferentes formas de preconceito e violência.

Nesse sentido, propomos a realização dessa audiência pública para refletirmos com profissionais e todo (a)s os que desejam ter o direito de cantar e de dançar garantidos em nosso País, sem perigo, preconceito ou discriminação, como em qualquer festa popular reconhecida e que transcorre sob os cuidados devidos do Poder Público.

Sala da Comissão, 05 de julho de 2012.

Chico Alencar
Líder do PSOL

Domingos Dutra
Deputado Federal PT/MA